

## HISTÓRIAS NA “HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA”: concepções de história em torno da obra de Rocha Pita (1730)\*

Erivan Cassiano Karvat – PPG-UFPR/UTP

*Como um doente, ardendo em febre, transforma em idéias delirantes todas as palavras que ouve, o espírito do nosso tempo se apropria de todas as manifestações de mundos intelectuais passados ou distantes, arrasta-os para si e, sem nenhum amor, incorpora-as às suas fantasias egocêntricas.*  
Walter Benjamin

Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), publicou sua ***História da América Portuguesa desde o ano de 1500 até o de 1724*** em 1730. Nascido em Salvador, estudou com os jesuítas e diplomou-se em Leis (Cânones) pela Universidade de Coimbra. Quando retornou à Bahia, foi investido coronel de ordenanças, estabelecendo-se em sua fazenda às margens do Rio Paraguaçu, onde escreveu sua obra(1).

Sócio integrante da Academia Brasílica dos Esquecidos, criada em 1724, na cidade de São Salvador, na esteira da Academia Real de História Portuguesa (1720), Rocha Pita, com sua ***História***, parece realizar aquilo que a Academia almejava: o desejo de escrever uma *história brasílica*. Conforme consta na “notícia de fundação”, os acadêmicos

tomaram por matéria principal de seus estudos a História Brasílica dividida em quatro partes, a natural que corre por conta do já nomeado chanceler (Desembargador Caetano de Brito Figueiredo), a militar que se encarregou ao Douto Juiz de Fora, a eclesiástica cujo emprego se deu ao Reverendo Gonçalo Soares da Franca, e a política cuja incumbência caiu em sorte ao Ouvidor Geral do Cível. (2)

A Academia, conforme registra a “notícia de fundação”, resultava da necessidade de “dar a conhecer os talentos que nesta província florescem”:

O Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses incomparável Vice-rei do Estado do Brasil, que no seu ínclito nome traz vinculada com a profissão de ilustrar as armas, a propensão a honrar as letras, para dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e por falta de exercício literário estavam como desconhecidos, determinou instituir uma Academia; a cujo fim fez chamar por cartas circulares as pessoas seguintes, o Reverendo Padre Gonçalo Soares da Franca, o Desembargador Caetano de Brito Figueiredo, chanceler deste Estado, o Desembargador Luís da Siqueira Gama, Ouvidor Geral do Cível, o Doutor Inácio Barbosa Machado, Juiz de Fora desta cidade, o Coronel Sebastião da Rocha Pita, o capitão João de Brito Lima, e José da Cunha Cardoso; aos quais na tarde de 7 março de 1724 comunicou a vontade, com que se achava de erigir e estabelecer a Academia, cuja resolução abraçaram uniformes os sete convocados como filha de tão excelente e generoso espírito; e com seu beneplácito escolheram por empresa o Sol com esta Letra *sol oriens in occiduo*, assentando entre si com louvável modéstia intitular-se os Esquecidos. (3)

Contudo, o Coronel Rocha Pita, acadêmico autodenominado de Vago, parece ter sido o único dos *Esquecidos* a levar a cabo a proposta de uma história *geral* das terras brasileiras, produzindo aquela que é apontada como a “primeira obra de conjunto sobre o Brasil”(4)

De acordo com Martins D'Alvarez, “[s]egundo os planos iniciais, a Academia seria *vasada no molde das dos “Generosos” e “Singulares”, que pareciam haver atingido o ideal de perfectibilidade.*” D'Alvarez, sócio correspondente do Instituto do Ceará, ainda, questiona e esclarece:

Por que *Esquecidos* foi o nome escolhido para o auspicioso sodalício? Segundo Rocha Pitta, o opulento historiador “d'América Portuguesa” e um dos principais fundadores da Academia, a razão de ser da instituição foi a seguinte: “A nossa Portuguesa América (e principalmente a Província da Baía), que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia, não se achava com Academias introduzidas em todas as repúblicas bem ordenadas para apartarem a idade juvenil do ócio contrário das virtudes e origem de todos os vícios, e apurarem a subtileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos de mais quilates do que os das minas. Erigiu uma doutíssima academia, que se faz palácio na sua presença. Deram-lhe forma as pessoas de maior graduação e entendimento que se achavam na Baía, tomando-o por seu protector. Têm presidido nela eruditíssimos sujeitos. Houve graves e discretos assuntos, aos quais se fizeram elegantes e agudíssimos versos; e vai continuando os seus progressos, esperando que com tão grande protecção se dêem ao prelo os seus escritos em prémio das fadigas”.

Nesta notícia o ilustre historiador omite qualquer referência ao nome da Sociedade. (...) o nome de “Esquecidos” vinha apenas para patentear a modéstia de “uma doutíssima academia” como sem nenhum constrangimento a classificou um dos seus luzeiros: Rocha Pitta. (5)

A partir do caráter encomiástico do obscuro artigo citado, depreende-se as seguintes reflexões: primeiro) as várias e diferentes apropriações da obra do autor baiano e, conseqüentemente, as várias adjetivações em torno daquele autor e sua produção; segundo) a dificuldade de se caracterizar o campo historiográfico para um período que antecede o próprio processo de autonomização deste conhecimento (6). Neste sentido cabe salientar- dada a relevância da questão- que tendencialmente cada presente tende a apropriar-se (ou parece apropriar-se) - a partir das suas próprias referências e problemas - das diferentes historiografias anteriores, desconsiderando, portanto, os elementos que originam e conformam estes discursos. Intencionalmente parece-se incorrer em diferentes anacronismos, ao se avaliar os discursos passados a partir de critérios e conceitos presentes e, portanto, estranhos àquelas elaborações.

Tanto a produção historiográfica luso americana setecentista, quanto a produção

de Rocha Pita, têm sido avaliadas a partir de elementos oriundos de uma historiografia oitocentista, de cunho nacionalista e romântico e justamente por isto, e acima de tudo, canônica (7). Cabe salientar inclusive ainda, que diante da inexistência de um campo historiográfico definido nos setecentos, a historiografia da literatura brasileira, *pari passu* com a produção historiográfica historicista do período, também teve papel de relevante importância para a definição e avaliação da chamada produção *acadêmica* setecentista (8). As formações discursivas(9) posteriores – e aí pensamos na produção oitocentista e, principalmente aquela vinculada a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 – instaura um olhar finalista e *normativo* – e logo, teleológico – para a produção antecedente, investido-lhe as suas próprias questões, conferindo-lhe valor e *lugar* a medida que justifica – quase que de forma causal - a posição desta historiografia *normativa*.

Neste sentido, busquemos nos acercar de um Rocha Pita, aquele que é lido e apresentado pela primeira geração - geração de fundação - do IHGB.

Para além das *várias leituras* que se realizaram em torno do próprio Rocha Pita – que em diferentes momentos o tomam como um nativista exaltado e/ou anti-separatista convicto, vale lembrar um texto publicado no primeiro trimestre de 1839, no segundo número do primeiro tomo da Revista do IHGB e assinado pelo Visconde de São Leopoldo intitulado *Programma Historico*, seguido do seguinte comentário: *O Instituto Histórico e Geographico Brasileiro é o representante das idéias de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente*(10). O Visconde de São Leopoldo, ou José Feliciano Fernandes Pinheiro, natural de São Paulo e com formação superior em Cânones, cursado em Coimbra, foi o primeiro presidente do IHGB(11), parecendo, portanto, procedente que caiba a ele a fixação do discurso em torno do programa histórico do próprio Instituto.

O *Programma Historico* apresenta, em linhas gerais, um breve histórico das *associações litterarias* no Brasil setecentista, reivindicando para o IHGB um *lugar exclusivo* junto aos demais *representantes das idéias de Ilustração, que em*

*differentes épocas se manifestaram em o nosso continente, lugar da produção ilustrada*, então, no século XIX. Alocado como o representante das idéias de ilustração, o IHGB funda o próprio discurso sobre a história no/do Brasil. Respalado pelo documento acima citado, podemos dizer que aquela primeira geração do Instituto produziu um *discurso fundador* em torno da História do Brasil, buscando produzir um *sentido* para a História do Brasil, fundando um passado para a nação em gestação gerando ainda, e talvez justamente por isto, uma memória disciplinar da História no Brasil<sup>(12)</sup>. Retomando a noção de discurso fundador, que permite que reflitamos acerca do *Programma Historico*, em discussão, cabe lembrar, com Eni Orlandi, que tal discurso (ou tais discursos) conjuga noções de *instauração* e *filiação*. Como diz a autora, “no *fundacional* há necessidade de *filiar-se* a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação”<sup>(13)</sup>. Neste sentido, é curioso perceber o exercício realizado por Fernandes Pinheiro, atrelando o *Programma* do Instituto às demais associações setecentistas, inspiradas nos moldes das academias européias. O IHGB filiava-se, dessa maneira, a este passado, instaurando-se como “o” *representante das idéias de Ilustração*. O Instituto fundava, assim, uma nova tradição, atribuindo inclusive – e principalmente - “sentido” para aquilo que o antecederia: atribuía “sentido” para o próprio passado, histórico e historiográfico, estabelecendo naquele momento, através da elaboração de sua própria memória, a memória histórica da própria nação.

Segundo Orlandi, “[o] que o caracteriza como fundador (...) é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra (...). Instala-se outra “tradição” de sentidos nesse lugar (...) Instala-se uma nova filiação. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória.”<sup>(14)</sup>. Filiando-se ao passado *ilustrado* das academias setecentistas, o IHGB acabava por firmar seu próprio lugar, legitimando-o, ao mesmo tempo que parece dar sentido ao próprio passado ao qual se filia. Neste exercício de “instauração de uma nova ordem de sentidos”, que nos permite caracterizar o *Programma* como um discurso fundador, faz-se reveladora a articulação *filiar* com o

passado aludido pelo texto programático. Mais do que o estabelecimento de uma ordem meramente causal, cronológica ou factual, o que se observa é a elaboração daquilo que antes chamávamos de uma *leitura teleológica* da história, uma vez que para definir-se o *lugar* do Instituto – como o *representante das idéias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente* – articula-se todo o passado em função do momento e do lugar de enunciação do próprio *Programma*. Em outras palavras, parece que todo o passado ocorrera em função – ou na perspectiva – daquele próprio presente. É como se tudo anteriormente tivesse existido, ou ocorrido, para que este momento presente viesse a ocorrer. Assim, o passado passa a existir e é explicado em função do próprio presente.

Essa é também uma das características do discurso fundador: a sua relação particular com a *filiação*. Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (...). O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação<sup>(15)</sup>.

Em termos de filiação cabe lembrar, também, a relação que o IHGB – em suas origens – estabelece com a produção histórica anterior. Neste sentido, se o *Programma* busca vincular-se às idéias de Ilustração, corporificadas nas academias setecentistas, convém recordar que o próprio Instituto estabeleceu um panteão de heróis e *figuras notórias*, motivando o estabelecimento de um cânone dos notórios e *illustres* da Pátria. <sup>(16)</sup>

O professor Pedro Moacyr de Campos, por exemplo, chama-nos a atenção para o apego do IHGB em torno da figura de Rocha Pita. Apego este que, segundo Campos, decorria em função do nativismo do autor baiano.

Ainda que Rocha Pita faça uma história comumente apontada por seu “estilo hiperbólico, característico do Barroco brasileiro”<sup>(17)</sup> e, portanto, muito distante do pretense historicismo oitocentista – que parece reger as intenções historiográficas do IHGB – este mesmo Instituto parece encontrar no autor de *História da América Portuguesa*, um elemento de inspiração – ao qual vai filiar-se, estabelecendo uma

memória política. Rocha Pita, entusiasta das coisas brasileiras, é apresentado por seu suposto viés de exaltado nativismo e incorporado ao panteão do Instituto, interessando à medida que permite “articular” uma história nacional destituída de traumas ou rupturas, tão cara ao próprio ideário do IHGB e de seus filiados. Como recurso à produção dessa história sem cisões, laudatória da obra portuguesa de descobrimento e colonização, investe-se no elogio da natureza brasileira, natureza que ensejaria o sentimento nativista, bem como o seu próprio culto.

Segundo Moacyr de Campos:

[O] ilustrativo discurso de seu primeiro secretário-perpétuo [do IHGB], Januário da Cunha Barbosa, desmancha-se em alusões à “tão feliz quanto prodigiosa descoberta” do Brasil, terra admirável pelas “riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e baías, variedade e pompa de seus vegetais, abundância e preciosidade de seus frutos, pasmosa novidade de seus animais e finalmente, pela constante benignidade de um clima, que faz fecundos os engenhos de nossos patrícios como o solo abençoado que o habitam(...)”, acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz(...). No período de pouco mais de três séculos, não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diferentes, que mereçam cuidados do circunspecto historiador e que se possam oferecer às nascentes gerações como tipos das grandes virtudes? E deixaremos sempre ao gênio empreendedor dos estrangeiros o escrever nossa história, sem aquele acerto que melhor pode conseguir um escritor nacional?... A nossa história abunda de modelos de virtudes, mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. O Brasil, posto que, em circunstâncias não semelhantes as da França, pode contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e lugares para que sejam percebidos pelos que anelam seguir seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional...” A referência expressa, que em seguida se faz ao nome de Rocha Pita, não nos permite qualquer dúvida acerca do principal modelo em que se abeberava o orador. **Ajustava-se o autor da *História da América Portuguesa* às tendências nativistas**, pondo-se de parte, assim, sua posição anti-separatista, incondicional partidário que era da ligação da colônia a Portugal(18). (sem negrito no original)

A mesma louvação da natureza se pode ver também em Fernandes Pinheiro, bem como a mesma referência à Rocha Pita, *ajustando-o* às devidas tendências ou necessidades, ainda que seja produzir uma *geografia imaginária*, através de um exercício de retórica e nefelibatismo, comumente apontados como características da prosa setecentista:

O Brazil debaixo de um céu benigno e ameno; empolada a terra de cordilheiras de montes de conformação variada, ora coroada de picos acapellados de mattas cerradas, jorrando de seu seio estrondosas cascatas; contrasta este terrível magestoso com a macia verdura dos valles cultivados. Mesmo em nossas provincias de planicies, os campos dobrados representam as ondas do oceano de repente paradas: aqui tudo ri ou assusta; tanta variedade de vistas e sensações desperta e interrompe tediosa monotonia(19).

Veja-se o *modelo* seguido. É o próprio Rocha Pita que diz:

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão

brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem as fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutaríssimo clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas(20).

Dessa maneira, Rocha Pita aparece e reaparece nos discursos do IHGB, servindo como *suporte* através do qual se legitima a fala institucional, ao mesmo tempo que se canoniza a referência utilizada. A partir de um exultante Rocha Pita, reafirma-se a possibilidade de, sem cortes drásticos, estabelecer um vínculo com o passado da jovem nação e busca-se apontar para o *lugar* que ela deveria a partir de então ocupar; *lugar* este visto como inscrito, desde sempre, no “movimento da história.”

Voltando à *História da América Portuguesa*, lê-se:

Do novo mundo, tantos séculos escondidos e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com as suas navegações, Hércules líbico com as suas colunas, nem Hércules tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais selecto; admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza se desentranha nas férteis produções, que em opulência da monarquia e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas espremido néctar(...)(21).

O Brasil, assim, se configuraria desde sempre como a melhor porção do Novo Mundo. É o que se depreende da leitura de Fernandes Pinheiro e de sua geografia imaginosa:

Colocado o Brazil no ponto geographico o mais vantajoso para o commercio do Universo, com portos bonissimos sobre o oceano, grandes lagos, ou mais antes mediterraneos; rios navegaveis, ou com proporções de o serem, por centerares de leguas; a agricultura e a industria em emulção, atrahirão a concurso as nações cultas e polidas, que a par dos lucros do commercio os trarão civilisação; (...) tudo emfim pressagia que o Brazil é destinado a ser, não accidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o arbitro da politica do Novo Mundo(22).

Estes esparsos comentários decorrem das primeiras reflexões em torno das histórias setecentista. Contudo parece-nos inevitável a recorrência às *diferentes leituras* realizadas sobre tais histórias. Ainda que concordemos, inteiramente, com Eduardo Sinkevisque, por exemplo, quando nos chama atenção para a especificidade do *gênero prosa histórica* e sua constituição nos seiscentos e setecentos (23), do ponto de vista historiográfico, parece-nos que *descortinar* as diferentes leituras e, conseqüentemente, os diferentes *sentidos* atribuídos a esta produção, pode ser um primeiro passo para identificar seu possível *lugar*.

NOTAS:

\*Observações preliminares desenvolvidas a partir do projeto de doutoramento- em andamento na UFPR- intitulado *Histórias Setecentistas: concepções de história, historiografia e recepção de textos históricos do século XVIII*.

1. HADDAD, J. A. Pita, Sebastião da Rocha. In. MOISÉS, Massaud ; PAES, José Paulo. **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cultrix. 1987. p. 327. Segundo historiador Joaquim Veríssimo Serrão, “a obra estava redigida em 1724, mas o envio do manuscrito para a Metrópole e o seu exame retardaram de alguns anos a publicação.” SERRÃO, J. V. **A historiografia portuguesa**, vol.III. Lisboa: Verbo, 1974. p. 262-263.
2. Documento extraído de: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil; 1641-1820/22**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. p. 3. (Coleção Textos e Documentos, v.10). O autor observa que o título (“Notícia de Fundação”) foi atribuído, “não constando nos originais”.
3. CASTELLO, idem.
4. Opinião de Serrão. op. cit. p. 263. O mesmo autor observa ainda que: “[o] único Esquecido que apesar das suas limitações, soube tratar a História com maior perspectiva foi, sem dúvida, Sebastião da Rocha Pita, que em vez de uma “dissertação” preferiu erguer uma obra autônoma sob a égide da Academia Real da História Portuguesa. Nessa forma de realização, Rocha Pita afastou-se do processo “oratório” dos seus confrades baianos e, talvez por isso, conseguiu sobreviver no palco historiográfico.” (p.262)
5. D'ALVAREZ, Martins. Academia Brasileira dos Esquecidos. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LX, ano LX, 1946. p.192-193.
6. Cf. REIS, J.C. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996. p. 5-25.
7. Ver: RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
8. Sobre a historiografia brasileira oitocentista, ver:  
GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, 1, 1988. p.5-27.  
CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: ensaio de história intelectual. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 173- 208.
- \_\_\_\_\_. Presentismo , memória e poesia: noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru: EDUSC, 2004. p. 43-80.
9. MAINGUENEAU citando FOUCAULT diz: “(...)este termo define o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada.” MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997. p.22.
10. **RIHGB**, tomo I, n.2. 1839. p.78-81.
11. ver: GUIMARÃES. Lúcia, M.P. Debaixo da imediata proteção imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, v.156, n. 380, jul./set. 1995. p. 477.
12. Cabe lembrar, com Eni Orlandi, que o discurso fundador “(...)não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício de análise dos fatos que o constituem(...)”. Diz ainda a autora que, “em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país”. cf. ORLANDI, Eni P. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001. p.26. Ver ainda: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 9-24.
13. ORLANDI, op.cit. p. 13.
14. Ibid, idem.
15. Ibid, p.14-16.
- 16 ver SLVA, J. M. Pereira. Sebastião da Rocha Pitta. **RIHGB**, tomo XII, 2.ed. Primeiro trimestre de 1849.
17. ver nota 1; para a crítica dessa caracterização, consultar: SINKEVISQUE, Eduardo
18. CAMPOS, Pedro Moacyr de. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In. GLÉNISSEON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 255-256.
19. **RIHGB**, tomo I, n.2. 1839. p.78.
20. PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p.19.
21. Ibid, idem.
22. ibidem, p78-79.
23. SINKEVISQUE, E. *Breve relação sobre o Tratado Político(1715) de Sebastião da Rocha Pita ou uma notícia dividida em quatro anatomias*. **Estudos Portugueses e Africanos**, Campinas, 36, jun./dez. 2000. p. 59-80.